



**LEEI: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES NA ELABORAÇÃO DO
PLANEJAMENTO DE ALFABETIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NA PERSPECTIVA
CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**

DOI: 10.5281/zenodo.15239626

Maria Hosana Viana Barros

Pesquisadora de temáticas educacionais

Iure Coutre Gurgel

Pesquisador de temáticas educacionais

Quésia da Silva Reis

Pesquisadora de temáticas educacionais

RESUMO: Este estudo investiga as percepções dos professores sobre o planejamento da alfabetização no contexto do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), analisando o impacto da formação continuada na prática pedagógica e nas mudanças curriculares. Utilizando uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental, identificamos que a implementação do LEEI tem influenciado a reavaliação das metodologias de ensino, promovendo uma alfabetização mais integrada e significativa. Os resultados sugerem que a formação docente contínua desempenha um papel essencial na adaptação curricular, possibilitando práticas mais inclusivas e eficazes no ensino da leitura e escrita na Educação Infantil.

Palavras-chave: alfabetização, Educação Infantil, planejamento pedagógico, formação continuada, currículo.

ABSTRACT: This study investigates teachers' perceptions of literacy planning within the context of the Reading and Writing in Early Childhood Education Program (LEEI), analyzing the impact of continuous training on pedagogical practices and curriculum changes. Using a qualitative approach based on bibliographic research and document analysis, we identified that the implementation of LEEI has influenced the reassessment of teaching methodologies, promoting a more integrated and meaningful literacy process. The findings suggest that continuous teacher training plays a crucial role in curriculum adaptation, enabling more inclusive and effective practices in teaching reading and writing in Early Childhood Education.

Keywords: literacy, Early Childhood Education, pedagogical planning, continuous training, curriculum.



INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças (BRASIL, 2017). Nesse período, a alfabetização se torna um dos principais focos, pois é nessa fase que se estabelecem as bases para o domínio da leitura e da escrita. O planejamento pedagógico, instrumento fundamental nesse processo, deve ser constantemente revisto e adaptado, especialmente quando se considera a necessidade de formação contínua dos professores (BRITO, 2011). Nesse contexto, programas como o Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) surgem como estratégias essenciais para transformar as práticas pedagógicas e aprimorar a alfabetização nas escolas de Educação Infantil (CASTRO et al, 2025).

O Programa LEEI tem como objetivo qualificar o ensino da leitura e da escrita desde os primeiros anos escolares, promovendo a formação continuada dos docentes (BRASIL, 2025). Essa capacitação incentiva os professores a refletirem sobre suas metodologias e a reconhecerem a importância da linguagem escrita desde a infância (BRASIL, 2018). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza que a alfabetização deve ser um processo contínuo e integrado, baseado em experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita (BRASIL, 2017).

A implementação de programas como o LEEI tem impulsionado os professores a reavaliar suas metodologias e o currículo adotado no processo de alfabetização. Soares (2020) enfatiza que a alfabetização não se limita à simples decodificação de letras e palavras, mas se configura como um processo mais amplo de letramento, no qual os alunos desenvolvem competências para utilizar a escrita em diversos contextos sociais. Já Ferreiro e Teberosky (1999) destacam que a construção do conhecimento sobre a escrita ocorre de maneira progressiva, sendo influenciada pela interação da criança com o meio social e escolar.

No entanto, um dos maiores desafios consiste na adaptação do currículo da Educação Infantil para incorporar essas novas perspectivas, muitas vezes divergentes das práticas tradicionais. A alfabetização, entendida como um processo de apropriação da leitura e da escrita, exige do professor não apenas domínio técnico, mas também uma



sensibilidade para atender às necessidades individuais das crianças e desenvolver uma prática pedagógica alinhada à realidade dos alunos (BRASIL, 2017). Para Tardif (2014), o currículo vivenciado nas salas de aula precisa estar em constante revisão e adequação para responder às demandas contemporâneas e às expectativas educacionais, respeitando ao mesmo tempo a diversidade cultural e social dos alunos.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos professores sobre a elaboração do planejamento de alfabetização no contexto do Programa LEEI, investigando de que forma a formação continuada impacta as práticas pedagógicas e promove mudanças na perspectiva curricular adotada na Educação Infantil. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica qualitativa, com o intuito de compreender como os docentes percebem as transformações curriculares, como essas mudanças influenciam o planejamento de suas aulas e, por fim, como uma abordagem curricular inovadora pode contribuir para um ensino-aprendizagem mais inclusivo e eficiente.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental. Segundo Gil (2008, p 44), a pesquisa bibliográfica "permite a compreensão do estado do conhecimento sobre determinado tema, a partir da análise de fontes secundárias. Dessa forma, foram analisados artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordam a alfabetização na Educação Infantil e a formação continuada de professores, com foco no Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI).

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamentos em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Redalyc e CAPES, utilizando palavras-chave como "Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI)", "alfabetização na educação infantil", "formação continuada de professores" e "práticas pedagógicas na alfabetização". Além disso, foram examinadas diretrizes educacionais e documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as legislações que regulamentam a alfabetização no Brasil, com o objetivo de



compreender o contexto normativo e teórico que fundamenta o LEEI.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por VALLE & FEREIRA (2025), que possibilita a categorização e interpretação das informações obtidas. Os dados foram organizados em categorias temáticas, como "impacto da formação continuada na prática docente", "estratégias pedagógicas para a alfabetização" e "adaptação curricular na Educação Infantil", permitindo uma compreensão aprofundada das principais discussões sobre o tema.

Além da análise documental, buscou-se contextualizar os desafios e avanços na alfabetização infantil a partir de estudos recentes, identificando tendências e oportunidades para aprimorar a formação docente e o ensino da leitura e escrita. Dessa maneira, espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e para a qualificação dos professores que atuam na Educação Infantil.

A relação entre alfabetização e Educação Infantil

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades linguísticas das crianças, servindo como alicerce para o processo de alfabetização. Segundo Almeida (2012), a Educação Infantil é um espaço que amplia as capacidades de comunicação e expressão, facilitando o acesso ao mundo letrado e dando continuidade às práticas sociais de leitura e escrita vivenciadas pelas crianças antes mesmo de chegarem à escola. A consciência fonológica, que é a habilidade de reconhecer e manipular os sons da fala, é uma das capacidades que devem ser estimuladas durante a Educação Infantil. Estudos indicam que crianças com bom desenvolvimento fonológico possuem maior facilidade para compreender a relação entre fonemas e grafemas, essencial para a alfabetização (SILVA, 2022 apud EDUCAÇÃO PÚBLICA, 2023).

No entanto, desafios estruturais podem impactar negativamente o processo de alfabetização. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelam que 55% das escolas brasileiras não possuem biblioteca ou sala de leitura, o que limita o acesso dos alunos a materiais de leitura adequados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).



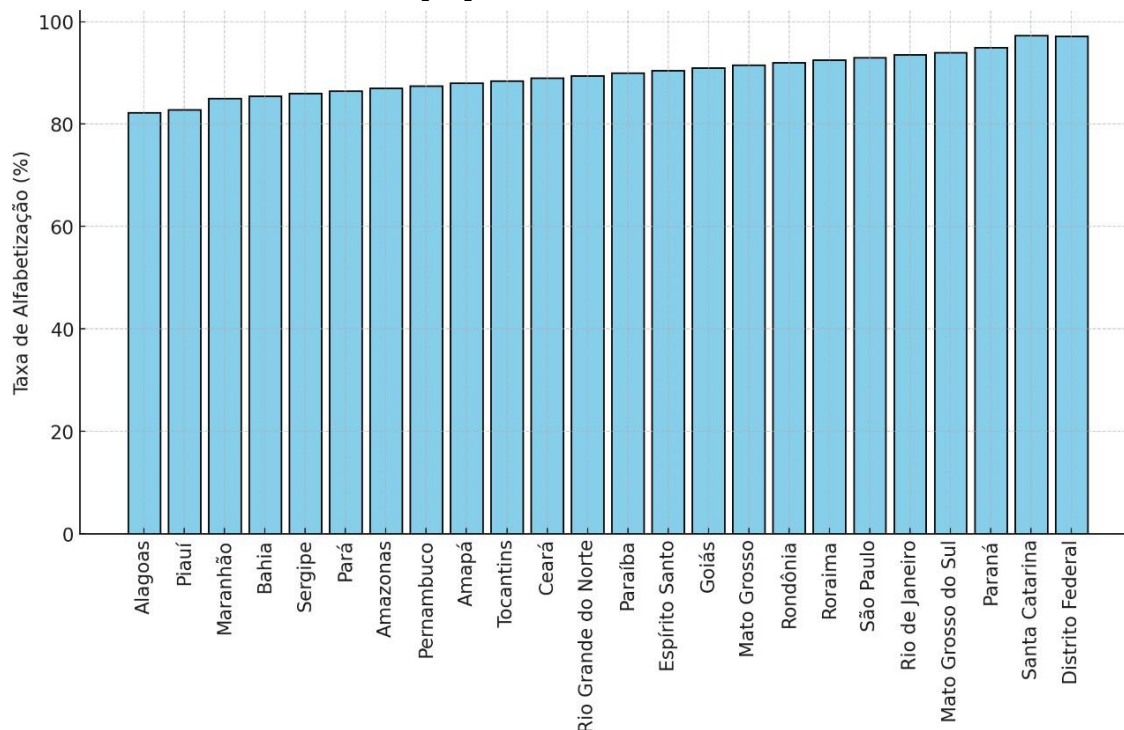
O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou uma taxa de alfabetização de 93% entre a população brasileira com 15 anos ou mais (IBGE, 2024) Figura 01. No entanto, esses dados não contemplam a totalidade da educação infantil, uma vez que a metodologia do Censo se concentra na população alfabetizada em idade jovem e adulta, sem um levantamento específico sobre a alfabetização de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos.

Para obter um panorama mais preciso da alfabetização na educação infantil, recorreremos aos dados do Censo Escolar, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo os resultados mais recentes do Inep, a taxa de alfabetização na educação infantil no Brasil ficou abaixo de 60%, refletindo desafios estruturais no ensino básico, como desigualdades regionais, acesso à educação de qualidade e formação docente (Inep, 2024).

Esse cenário evidencia que, apesar dos avanços na alfabetização da população em geral, ainda há um longo caminho a percorrer na garantia da alfabetização plena das crianças em idade escolar. Os dados do Inep (tabela 01) ressaltam a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação infantil, incluindo investimentos em formação de professores, infraestrutura escolar e metodologias pedagógicas eficazes (Inep, 2024).

O Brasil tem demonstrado uma recuperação significativa no nível de alfabetização, retornando aos índices anteriores à pandemia de covid-19, conforme os resultados mais recentes. Essa recuperação fazia parte das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, criado para o ano passado. O novo indicador de desempenho mostrou um avanço de 20 pontos percentuais (p.p.) em comparação aos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021, além de superar em 1 p.p. a avaliação de 2019, que registrou 55%. Esses números são positivos, refletindo uma melhoria no processo de alfabetização, especialmente após as dificuldades impostas pela pandemia.

Figura 1. Taxa de alfabetização de da educação infantil e jovens e adultos de acordo com os dados do Censo 2022. Fonte: própria autora.



Entretanto, o Censo Escolar do INEP, realizado em 2022, aponta que a taxa de alfabetização na educação infantil no Brasil ainda estava abaixo de 60%, evidenciando os desafios persistentes, especialmente nas etapas iniciais da escolarização (INEP, 2024). Esse dado suscita reflexões sobre a eficácia das políticas públicas e das estratégias pedagógicas voltadas para a alfabetização precoce. Embora os avanços observados no Saeb sejam promissores, a baixa taxa de alfabetização na educação infantil sugere que os obstáculos à aprendizagem ainda são substanciais (INEP, 2024).

Estudos recentes, como os de Silva (2023) e Souza e Lima (2022), corroboram essa visão, destacando que, apesar dos progressos em algumas avaliações, a alfabetização precoce no Brasil enfrenta barreiras relacionadas à desigualdade educacional, falta de recursos e à sobrecarga das escolas. Segundo Souza e Lima (2022), é essencial que as políticas públicas de alfabetização sejam revistas para contemplar as particularidades regionais e as condições socioeconômicas das crianças, o que poderia contribuir para a redução das disparidades no acesso e na qualidade da educação.

Tabela 01. Relatório de resultados do Indicador criação alfabetizada de acordo com INEP.

1º Relatório de Resultados do Indicador Criação Alfabetizada										
Rede Pública	Avaliações			Metas						
	2019	2021	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Brasil	55	36	56	60	64	67	71	74	77	> 80
Alagoas	39	30	44	50	56	61	67	72	76	> 80
Amapá	25	19	42	48	54	60	66	71	76	> 80
Amazonas	44	29	52	57	61	66	70	73	77	> 80
Bahia	41	24	37	43	50	57	64	70	75	> 80
Ceará	73	45	85	>80	>80	>80	>80	>80	>80	>80
Espírito Santo	62	46	68	70	72	74	75	77	79	> 80
Goiás	63	39	67	69	71	73	75	77	78	> 80
Maranhão	33	23	56	60	64	68	71	74	77	> 80
Mato Grosso	52	22	55	59	63	67	71	74	77	> 80
Mato Grosso do Sul	41	31	47	53	58	63	68	72	76	> 80
Minas Gerais	64	43	60	63	66	70	72	75	78	> 80
Pará	37	37	48	54	59	64	68	73	77	> 80
Paraíba	45	39	51	56	61	65	69	73	77	> 80
Paraná	68	40	73	74	75	76	77	78	79	> 80
Pernambuco	45	28	59	62	66	69	72	75	78	> 80
Piauí	50	37	52	57	62	66	70	74	77	> 80
Rio de Janeiro	49	27	52	57	61	66	70	73	77	> 80
Rio Grande do Norte	32	18	37	44	51	57	64	70	75	> 80
Rio Grande do Sul	68	35	63	66	69	71	74	76	78	> 80
Rondônia	46	25	65	67	70	72	74	76	78	> 80
Santa Catarina	69	55	61	65	67	70	73	75	78	> 80
São Paulo	60	41	52	57	61	65	70	73	77	> 80
Sergipe	31	20	31	38	46	54	61	68	75	> 80
Tocantins	38	14	44	50	55	61	67	72	76	> 80

Apesar dos resultados positivos apresentados pelos dados mais recentes, o cenário da alfabetização no Brasil continua a exigir esforços contínuos e uma atuação mais incisiva no aprimoramento das estratégias pedagógicas e na adaptação das políticas públicas às realidades locais. Somente assim será possível garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento educacional desde a educação infantil.

Nessa perspectiva, Paulo Freire (1996) ressalta que a alfabetização deve ir além da simples decodificação de palavras, sendo um processo que permite a compreensão crítica do mundo. A baixa taxa de alfabetização na educação infantil, portanto,



comprometeria a formação do pensamento crítico e limitaria o desenvolvimento cognitivo das crianças. Em contrapartida, teóricos como Vygotsky (1984) destacam a importância das interações sociais no aprendizado infantil, defendendo que um ambiente educacional estimulante e mediado por adultos qualificados pode potencializar de maneira significativa o desenvolvimento da linguagem e da leitura.

A análise dos dados disponíveis revela tanto avanços quanto desafios no processo de alfabetização no Brasil. Por um lado, os números do IBGE mostram que a alfabetização da população tem progredido ao longo dos anos, em grande parte devido às políticas públicas que ampliaram o acesso à educação. No entanto, os dados do INEP expõem fragilidades estruturais na educação infantil, como desigualdades regionais, falta de investimento em formação docente e infraestrutura inadequada para o ensino inicial da leitura e da escrita.

Diante desse cenário, especialistas em educação defendem o fortalecimento da educação infantil com base em estratégias pedagógicas eficazes, na formação continuada de professores e na implementação de políticas públicas que assegurem a equidade no acesso à aprendizagem. A superação desses desafios passa pelo reconhecimento da alfabetização como um direito fundamental desde os primeiros anos de vida e pelo compromisso do Estado e da sociedade na construção de um sistema educacional mais inclusivo e eficiente.

Projeto LEEI e a educação Infantil

O Projeto LEEI e o Contexto das Diretrizes Curriculares de Educação Infantil

O Projeto LEEI (Leitura e Escrita na Educação Infantil) surge em um contexto no qual a leitura e a escrita já estavam sendo pautadas no governo federal, principalmente a partir da década de 2000. Nesse período, o Ministério da Educação (MEC) promoveu o Programa Currículo em Movimento, com o objetivo de atualizar as diretrizes curriculares da Educação Básica. Este movimento culminou em uma revisão significativa das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em 2009, refletindo a crescente preocupação com a qualidade da alfabetização e a formação das crianças nos primeiros anos de



escolarização (BRASIL, 2009). A revisão das DCNEI foi essencial para garantir que os processos pedagógicos voltados para a educação infantil não se limitassem apenas à socialização, mas incorporassem práticas que favorecessem o desenvolvimento da leitura e escrita de maneira lúdica e significativa.

Dentro desse cenário, o Projeto LEEI foi criado como uma resposta a essa nova visão pedagógica e à necessidade de fortalecer a alfabetização nas primeiras etapas de escolarização. O projeto visa proporcionar uma abordagem integradora da leitura e escrita, estimulando as crianças a interagir com a linguagem escrita de forma mais reflexiva e crítica. Além disso, uma das principais metas do LEEI é capacitar educadores para que possam utilizar metodologias que favoreçam o aprendizado da leitura e da escrita de forma criativa e contextualizada.

A Contribuição do LEEI e os Desafios da Alfabetização

A revisão das DCNEI em 2009 e o subsequente fortalecimento do Projeto LEEI ocorreram em um momento crucial para a Educação Infantil no Brasil. Segundo o Censo Escolar de 2022, realizado pelo INEP, a taxa de alfabetização nas crianças de 0 a 5 anos ainda estava abaixo de 60%, evidenciando que, apesar dos avanços, os desafios em relação à alfabetização precoce continuam a ser um obstáculo significativo para a educação infantil (INEP, 2024). Esse dado revela que, embora as políticas educacionais, como o LEEI, estejam sendo implementadas, a desigualdade educacional, especialmente nas regiões mais carentes, ainda persiste, afetando a qualidade do processo de alfabetização.

Estudos como o de Souza e Lima (2022) destacam que, apesar das tentativas de aprimorar a alfabetização através de programas como o LEEI, o Brasil ainda enfrenta barreiras estruturais, como a falta de recursos, desigualdade no acesso à educação de qualidade e a sobrecarga de trabalho

dos professores. Esses desafios demandam uma revisão mais profunda das políticas públicas voltadas para a alfabetização infantil, considerando as especificidades regionais e socioeconômicas das populações atendidas.

O Projeto LEEI, portanto, não pode ser visto isoladamente. Ele faz parte de um



esforço contínuo para melhorar a alfabetização no Brasil, cujos resultados são refletidos nos índices do Saeb e nas avaliações do INEP. A necessidade de uma ação mais robusta para garantir a equidade na educação básica, especialmente na alfabetização, continua a ser uma prioridade. Ao mesmo tempo, a formação contínua de educadores e a adaptação das práticas pedagógicas são fundamentais para que todas as crianças possam alcançar o nível de alfabetização esperado desde os primeiros anos de vida escolar.

Política de Alfabetização no Brasil: Avanços e Desafios

A alfabetização é um dos pilares fundamentais da educação básica e tem sido foco de diversas políticas públicas no Brasil. Com a adesão das redes estaduais ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, tem-se buscado uma abordagem colaborativa entre estados e municípios para garantir a alfabetização das crianças até o final do segundo ano do ensino fundamental. Para apoiar essa iniciativa, o Ministério da Educação (MEC) investiu R\$ 38,2 milhões em bolsas para mais de 7 mil profissionais da Rede Nacional de Articuladores de Alfabetização (Renalfa), abrangendo todos os municípios e estados do Brasil. Até o momento, 19 estados já instituíram suas políticas de alfabetização, enquanto 8 encontram-se em fase de finalização.

Resultados Alcançados

Os investimentos na formação e capacitação dos profissionais de alfabetização têm refletido em melhorias na qualidade do ensino nos primeiros anos da educação básica. Estudos indicam que a formação continuada dos docentes contribui significativamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o aumento dos índices de alfabetização (SOARES, 2021). Além disso, a implantação de políticas estruturadas tem permitido uma maior equidade no acesso ao aprendizado, reduzindo desigualdades regionais historicamente presentes no país.

A literatura educacional aponta que a colaboração entre os entes federativos é essencial para o sucesso das políticas de alfabetização (MORTATTI, 2018). Segundo Ferreira e Teberosky (2017), a alfabetização não deve ser vista como um processo mecânico de decodificação de letras e palavras, mas como um processo que requer



metodologias adequadas e contextualizadas. O investimento na capacitação docente e a criação de redes de colaboração, como o Renalfa, são passos fundamentais para a superação dos desafios relacionados à alfabetização no Brasil.

Entretanto, alguns desafios ainda persistem. Embora os investimentos e as políticas implementadas demonstrem avanços, é necessário garantir a continuidade e a avaliação constante das estratégias adotadas. Segundo Soares (2021), um dos principais desafios da alfabetização no Brasil é a necessidade de materiais didáticos apropriados e adequados à realidade dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Formação de Professores e Gestores: Impacto e Desafios na Educação Brasileira

A formação de professores e gestores é um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Investir na capacitação dos profissionais da educação significa promover um ensino mais qualificado e equitativo, impactando diretamente o desempenho dos estudantes. Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) tem direcionado grandes investimentos para ampliar e fortalecer a formação docente.

Atualmente, o MEC destinou R\$ 667 milhões para capacitar 1.065.488 profissionais da educação, incluindo professores e gestores. Um dos principais enfoques tem sido a formação de professores da educação infantil, realizada em parceria com 34 universidades públicas. Essa iniciativa busca garantir que os profissionais da primeira etapa da educação básica tenham acesso a metodologias inovadoras e fundamentadas nas melhores práticas pedagógicas.

Os investimentos na formação docente são essenciais para aprimorar a prática pedagógica e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. Segundo Libâneo (2012), a formação contínua é indispensável para que os professores desenvolvam estratégias de ensino eficazes e se adaptem às novas demandas educacionais. Dessa forma, a parceria do MEC com universidades públicas representa um passo significativo na valorização docente e na qualificação da educação infantil.



No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios. Conforme apontam Gatti e Barreto (2009), muitos cursos de formação docente ainda possuem fragilidades na articulação entre teoria e prática, dificultando a aplicação dos conhecimentos adquiridos na sala de aula. Além disso, a formação de gestores escolares deve ser igualmente priorizada, visto que a liderança educacional desempenha papel crucial na implementação de projetos pedagógicos e na melhoria do desempenho das instituições de ensino.

Outro ponto relevante é a necessidade de continuidade desses investimentos para que a formação docente não seja um processo pontual, mas sim um ciclo constante de aprendizado e desenvolvimento profissional. Segundo Pimenta e Anastasiou (2014), a reflexão crítica sobre a prática pedagógica deve ser incentivada, permitindo que os professores aprimorem continuamente suas metodologias de ensino.

Infraestrutura Educacional: Impactos dos Investimentos na Qualidade do Ensino

A infraestrutura escolar desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes. A disponibilização de recursos pedagógicos e espaços adequados é essencial para garantir a efetividade das estratégias educacionais. Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) tem investido significativamente na melhoria da infraestrutura das escolas brasileiras.

Atualmente, o MEC destinou R\$ 156 milhões para a criação de 126 mil Cantinhos da Leitura em 38 mil escolas, proporcionando espaços de incentivo à leitura e ao desenvolvimento da alfabetização. Além disso, foram investidos R\$ 218 milhões na distribuição de 10 milhões de materiais de apoio pedagógico para docentes e estudantes, com o objetivo de fortalecer o ensino da leitura e escrita nos primeiros anos da educação básica.

Os investimentos em infraestrutura escolar têm sido amplamente reconhecidos como um fator determinante para a melhoria do desempenho acadêmico. Segundo Léa Depresbiteris (2011), a qualidade dos espaços físicos influencia diretamente a motivação dos alunos e a eficácia das práticas pedagógicas. Ambientes bem estruturados, como os



Cantinhos da Leitura, podem estimular o interesse pela leitura, promovendo o letramento de forma mais lúdica e interativa.

No entanto, a distribuição de materiais didáticos e a criação de espaços adequados não são suficientes por si só. Conforme argumenta Lúcia Bruno (2013), a efetividade dessas iniciativas depende da integração com formação docente e do acompanhamento pedagógico. Sem capacitação adequada, os professores podem encontrar dificuldades para utilizar plenamente os recursos disponíveis, limitando o impacto das ações estruturais na aprendizagem.

Outro ponto relevante está relacionado à manutenção e gestão desses recursos. Estudos como o de Ribeiro e Lopes (2015) indicam que investimentos em infraestrutura precisam estar acompanhados de políticas de gestão eficiente para evitar a deterioração rápida dos espaços e garantir a longevidade dos materiais distribuídos.

Boas Práticas Educacionais

Como forma de reconhecimento das boas práticas das secretarias de educação, o MEC prevê a criação do Selo Compromisso com a Alfabetização e de uma premiação para as redes públicas que atingirem as metas pactuadas. Esse tipo de iniciativa pode funcionar como um incentivo para que estados e municípios implementem políticas eficazes de alfabetização, promovendo melhorias nos indicadores educacionais.

A literatura sobre educação destaca que o reconhecimento e a valorização de boas práticas têm impacto positivo na motivação dos profissionais da educação e na qualidade do ensino. Segundo Libâneo (2012), a adoção de mecanismos de incentivo estimula as redes de ensino a desenvolverem estratégias inovadoras e eficazes para a alfabetização infantil.

No entanto, é essencial que esses reconhecimentos sejam acompanhados de políticas estruturais e formação continuada para garantir resultados sustentáveis. Como aponta Saviani (2008), a melhoria da qualidade da educação exige uma articulação entre infraestrutura, formação docente e práticas pedagógicas, evitando soluções isoladas que possam perder eficácia a longo prazo.



Os investimentos em infraestrutura escolar têm sido amplamente reconhecidos como um fator determinante para a melhoria do desempenho acadêmico. Segundo Léa Depresbiteris (2011), a qualidade dos espaços físicos influencia diretamente a motivação dos alunos e a eficácia das práticas pedagógicas. Ambientes bem estruturados, como os Cantinhos da Leitura, podem estimular o interesse pela leitura, promovendo o letramento de forma mais lúdica e interativa.

No entanto, a distribuição de materiais didáticos e a criação de espaços adequados não são suficientes por si só. Conforme argumenta Lúcia Bruno (2013), a efetividade dessas iniciativas depende da integração com formação docente e do acompanhamento pedagógico. Sem capacitação adequada, os professores podem encontrar dificuldades para utilizar plenamente os recursos disponíveis, limitando o impacto das ações estruturais na aprendizagem.

Outro ponto relevante está relacionado à manutenção e gestão desses recursos. Estudos como o de Ribeiro e Lopes (2015) indicam que investimentos em infraestrutura precisam estar acompanhados de políticas de gestão eficiente para evitar a deterioração rápida dos espaços e garantir a longevidade dos materiais distribuídos.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que o planejamento da alfabetização na Educação Infantil, especialmente no contexto do Programa LEEI, é um processo dinâmico e em constante evolução. A formação continuada dos professores desempenha um papel fundamental na ressignificação das práticas pedagógicas, contribuindo para a adoção de metodologias mais eficazes e alinhadas às diretrizes curriculares. Além disso, a adaptação do currículo à realidade dos alunos se mostra essencial para garantir um ensino mais inclusivo e significativo. No entanto, desafios estruturais, como a falta de recursos e espaços adequados para a leitura, ainda representam obstáculos à plena implementação dessas mudanças. Assim, este estudo reforça a importância do investimento em capacitação docente e na ampliação de políticas educacionais que fortaleçam a alfabetização na primeira infância.



Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Alfabetização*. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 85, de 4 de fevereiro de 2025*. Institui o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/mec-institui-progr-ama-de-formacao-de-leitura-e-escrita>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2020.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Acesso: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L. ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO. Educ. Rev. Belo Horizonte.v.41. 2025.<https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CASTRO, E. S.; LOPES, J. F.; NOGUEIRA, G. M. Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (2013-2023): uma análise em três tempos. Olhares & Trilhas. Uberlândia. v. 27, n. 1. 2025.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-atinge-patamar>



-de-56-de-criancas-alfabetizadas

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2022. Disponível em: www.gov.br/inep. Acesso em: 26 mar. 2025.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Educação. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 26 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

SILVA, A. (2023). **Desafios e Avanços na Alfabetização no Brasil: Uma Análise Crítica das Políticas Educacionais Pós-Pandemia**. *Revista Brasileira de Educação*, 28(3), 45-60.

SOUZA, L., & LIMA, M. (2022). **A Alfabetização no Brasil: Políticas Públicas e Desafios Regionais**. *Educação e Sociedade*, 43(2), 112-130.

BRASIL. Ministério da Educação. (2020). *Projeto LEEI - Leitura e Escrita na Educação Infantil*. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>

INEP. (2024). *Censo Escolar 2022: Indicadores Educacionais*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>

MEC. (2021). *O Impacto da Formação de Professores na Alfabetização*. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>

SOUZA, L., & LIMA, M. (2022). *A Alfabetização no Brasil: Políticas Públicas e Desafios Regionais*. *Educação e Sociedade*, 43(2), 112-130.